

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	28

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	57
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	58
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	59

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	74.220
Preferenciais	0
Total	74.220
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	3.800.008	2.179.471
1.01	Ativo Circulante	137.162	266.891
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	58.251	191.110
1.01.03	Contas a Receber	68.101	62.616
1.01.03.01	Clientes	68.101	62.616
1.01.06	Tributos a Recuperar	247	1.739
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	247	1.739
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.563	11.426
1.01.08.03	Outros	10.563	11.426
1.01.08.03.04	Outros créditos	10.563	11.426
1.02	Ativo Não Circulante	3.662.846	1.912.580
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.491.652	1.595.093
1.02.01.04	Contas a Receber	69.592	69.429
1.02.01.04.01	Poder Concedente	69.592	69.429
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	164.396
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	164.396
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.245.652	1.177.901
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	1.245.652	1.177.901
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	176.408	183.367
1.02.01.10.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	172.063	164.597
1.02.01.10.05	Outros Ativos	2.764	15.763
1.02.01.10.06	Direito de uso	1.581	3.007
1.02.04	Intangível	2.171.194	317.487

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	3.800.008	2.179.471
2.01	Passivo Circulante	628.380	719.259
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.381	4.605
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.381	4.605
2.01.02	Fornecedores	30.469	29.965
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	30.469	29.965
2.01.03	Obrigações Fiscais	54.435	45.941
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	50.133	41.832
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	38.902	32.154
2.01.03.01.02	Obrigações fiscais	11.231	9.678
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.302	4.109
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	253.042	402.752
2.01.04.02	Debêntures	253.042	402.752
2.01.05	Outras Obrigações	268.346	227.426
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	12.712	5.417
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	12.712	5.417
2.01.05.02	Outros	255.634	222.009
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	250.769	214.570
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	2.001	3.437
2.01.05.02.05	Credor pela concessão	1.192	1.370
2.01.05.02.07	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.672	2.632
2.01.06	Provisões	17.707	8.570
2.01.06.02	Outras Provisões	17.707	8.570
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	17.707	8.570
2.02	Passivo Não Circulante	1.214.093	835.742
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	590.151	679.000
2.02.01.02	Debêntures	590.151	679.000
2.02.02	Outras Obrigações	0	489
2.02.02.02	Outros	0	489
2.02.02.02.07	Passivo de Arrendamento	0	489
2.02.03	Tributos Diferidos	493.069	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	493.069	0
2.02.04	Provisões	130.873	156.253
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	123.210	141.604
2.02.04.02	Outras Provisões	7.663	14.649
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	7.663	14.649
2.03	Patrimônio Líquido	1.957.535	624.470
2.03.01	Capital Social Realizado	226.145	226.145
2.03.02	Reservas de Capital	85.981	85.981
2.03.04	Reservas de Lucros	226.145	197.413
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	226.145	197.413
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.419.264	114.931

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.108.516	2.346.659	203.793	400.185
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-97.884	-179.443	-54.746	-104.150
3.03	Resultado Bruto	2.010.632	2.167.216	149.047	296.035
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.579	-32.821	-6.920	-19.353
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.013	-34.619	-8.611	-21.399
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-134	-134	194	194
3.04.03.01	Reversão da provisão para Perda de Crédito Esperada - Contas a Receber	-134	-134	194	194
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.568	1.932	1.497	1.852
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.996.053	2.134.395	142.127	276.682
3.06	Resultado Financeiro	13.459	16.014	-378.323	-363.831
3.06.01	Receitas Financeiras	57.578	98.121	11.160	59.839
3.06.02	Despesas Financeiras	-44.119	-82.107	-389.483	-423.670
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.009.512	2.150.409	-236.196	-87.149
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-683.230	-731.145	80.308	29.637
3.08.01	Corrente	-39.542	-73.680	-36.416	-84.306
3.08.02	Diferido	-643.688	-657.465	116.724	113.943
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.326.282	1.419.264	-155.888	-57.512
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.326.282	1.419.264	-155.888	-57.512
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	17,8696	19,1224	-2,1004	0,7749

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	1.326.282	1.419.264	-155.888	-57.512
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.326.282	1.419.264	-155.888	-57.512

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	260.652	194.957
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	329.527	341.824
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	1.419.264	-57.512
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	657.465	-113.943
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social Corrente	73.680	84.306
6.01.01.04	Amortização do Intangível	73.825	42.380
6.01.01.05	Baixa de Intangível	6	93
6.01.01.06	Juros sobre debêntures passivas e empréstimos e financiamentos	77.095	61.402
6.01.01.07	Juros sobre debêntures ativas e mútuos	0	-42.955
6.01.01.08	Ajuste a valor presente sobre debêntures ativas e mútuos	-67.751	354.282
6.01.01.09	Provisão para manutenção	2.248	5.439
6.01.01.10	Reversão da provisão para perdas de créditos esperada	-134	-194
6.01.01.11	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-17.599	8.365
6.01.01.13	Receita de reequilíbrio	-1.888.678	0
6.01.01.14	Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento e juros provisionados	106	161
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-67.805	-128.804
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes, poder Concedentes e partes relacionadas	-5.514	-3.181
6.01.02.02	Impostos a recuperar, Outros Ativos e direito de uso	15.354	-13.834
6.01.02.03	Depósito e Bloqueios Judiciais	-7.466	-4.591
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços e Partes Relacionadas	-3.333	-4.662
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-224	-654
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	1.746	125
6.01.02.07	Outras contas a pagar e passivo de arrendamento	-1.436	-3.058
6.01.02.08	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-66.932	-98.949
6.01.03	Outros	-1.070	-18.063
6.01.03.01	Outorga Variável	-178	-30
6.01.03.02	Provisão de Manutenção - Utilização	-97	-16.902
6.01.03.03	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Tributários - Utilização	-795	-1.131
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-26.302	-1.052
6.02.01	Aquisição de Ativo Intangível	-26.302	-1.052
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-367.209	-287.207
6.03.01	Debêntures - Captação	0	248.639
6.03.02	Debêntures - Pagamento	-226.000	-257.315
6.03.03	Pagamento de Juros Debêntures	-89.654	-54.154
6.03.04	Distribuição de Dividendos	-50.000	-223.000
6.03.07	Arrendamento - pagamentos de principal e juros	-1.555	-1.377
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-132.859	-93.302
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	191.110	188.485
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	58.251	95.183

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	226.145	85.981	312.344	0	0	624.470
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	226.145	85.981	312.344	0	0	624.470
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-86.199	0	0	-86.199
5.04.06	Dividendos	0	0	-86.199	0	0	-86.199
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.419.264	0	1.419.264
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.419.264	0	1.419.264
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	226.145	85.981	226.145	1.419.264	0	1.957.535

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	226.145	85.981	535.238	0	0	847.364
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	226.145	85.981	535.238	0	0	847.364
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-309.093	0	0	-309.093
5.04.08	Dividendo adicional proposto (R\$3,56 por ação)	0	0	-263.864	0	0	-263.864
5.04.09	Dividendos distribuídos (R\$0,61 por ação)	0	0	-45.229	0	0	-45.229
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-57.512	0	-57.512
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-57.512	0	-57.512
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	226.145	85.981	226.145	-57.512	0	480.759

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	2.389.270	440.080
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	466.239	432.284
7.01.02	Outras Receitas	1.896.027	7.014
7.01.02.01	Receita de reequilíbrio	1.888.678	0
7.01.02.02	Outras Receitas	7.349	7.014
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	27.138	588
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-134	194
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-127.619	-61.826
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-40.947	-35.432
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-49.022	-16.454
7.02.04	Outros	-37.650	-9.940
7.02.04.01	Custo da concessão	-7.468	-7.724
7.02.04.02	Custo de Construção	-27.138	-588
7.02.04.03	Outros	-3.044	-1.628
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.261.651	378.254
7.04	Retenções	-73.824	-42.379
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-73.824	-42.379
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.187.827	335.875
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	99.388	62.600
7.06.02	Receitas Financeiras	99.388	62.600
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.287.215	398.475
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.287.215	398.475
7.08.01	Pessoal	10.122	18.704
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.190	14.128
7.08.01.02	Benefícios	4.003	3.577
7.08.01.03	F.G.T.S.	929	999
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	775.746	134.152
7.08.02.01	Federais	752.180	112.225
7.08.02.02	Estaduais	0	74
7.08.02.03	Municipais	23.566	21.853
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	82.083	303.131
7.08.03.01	Juros	75.443	60.135
7.08.03.03	Outras	6.640	242.996
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.419.264	-57.512
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.419.264	-57.512

Comentário do Desempenho



Release de Resultados 2T25



Itu (SP), 14 de agosto de 2025 – A Rodovias das Colinas S.A. (“Companhia”), concessionária que administra 307 quilômetros de rodovias no Estado de São Paulo, divulga hoje seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2025 (“2T25”) e acumulado de no primeiro semestre de 2025 (“1S25”).

DESTAQUES

- » **Reequilíbrio Contratual:** Em 30 de abril de 2025, a Companhia celebrou com o Governo do Estado de São Paulo o Termo Aditivo e Modificativo nº 28/2025. O aditivo prorroga o prazo da concessão até 5 de junho de 2033 e resultou no reconhecimento, neste trimestre, de uma receita de reequilíbrio contratual, sem efeito caixa e não tributável, no valor de R\$ 1,89 bilhão.
- » **Reajuste Tarifário Real:** A partir de 1º de julho de 2025, foi aplicado o reajuste tarifário de aproximadamente 7,0%. O índice supera o IPCA do período de referência (5,32%), demonstrando a bem-sucedida estratégia da Companhia de geração de valor com o saldo de ativos regulatórios.
- » **Receita com Arrecadação de Pedágio:** A receita de arrecadação de pedágio totalizou R\$ 237,3 milhões no 2T25, um aumento de 8,0% em comparação com o mesmo período do ano anterior. O tráfego da Companhia apresentou um sólido crescimento de 4,5% no 2T25, na comparação com o 2T24, atingindo o volume de 17,8 milhões de veículos equivalentes (VEQ).
- » **EBITDA Ajustado:** No 2T25, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 170,1 milhões, um aumento de 1,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.
- » **Eventos Subsequentes:** Em julho/25, a Companhia concluiu a captação de R\$ 2 bilhões a uma taxa de CDI + 0,80% e, em agosto/25, realizou o resgate antecipado da 10ª emissão de debentures, contratada a taxa de CDI + 2,50%. Essas ações reforçam a gestão ativa do passivo e indicam uma trajetória consistente de redução do custo da dívida.



viaappia.com.br

CONTATOS DE RI

Bernardo Monteiro Lobato
Zerkowski Figueiredo

Fabio Moura e Silva

Felipe Fernandes Tepedino

ri@viaappia.com.br

Comentário do Desempenho

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

R\$ ('000)	2T25	2T24	Δ	1S25	1S24	Δ
VEQ ('000)	17.845	17.084	4,5%	34.997	33.586	4,2%
Leve	8.881	8.498	4,5%	17.562	16.978	3,4%
Pesado	8.965	8.586	4,4%	17.435	16.608	5,0%
Receita Líquida (ex construção e reequilíbrio)	219.522	203.370	7,9%	430.843	399.597	7,8%
EBITDA AJUSTADO	170.113	168.389	1,0%	336.111	331.706	1,3%
Margem EBITDA Ajustado (%)	77,49%	82,80%	(5,3) p.p.	78,01%	83,01%	(5,0) p.p.
LUCRO LÍQUIDO	1.326.282	-155.888	(950,8%)	1.419.264	-57.512	(2.567,8%)

Endividamento (R\$ '000)	30/06/2025	31/12/2024	Var. %
9ª Emissão (primeira série)	-	206.056	(100,0%)
10ª Emissão (primeira série)	268.222	268.145	0,0%
12ª Emissão (serie única)	579.692	613.932	(5,6%)
DÍVIDA BRUTA	847.914	1.088.133	(22,1%)
Caixa	58.251	191.110	(69,5%)
DÍVIDA LÍQUIDA	789.663	897.023	(12,0%)
DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA AJUSTADO	1,15x	1,32x	(0,17x)

DESTAQUES REGULATÓRIOS

Em abril de 2025, menos de um ano após a troca de controle, a Companhia celebrou a assinatura do **Termo Aditivo e Modificativo (TAM) nº 28/2025** do contrato de concessão da Via Colinas, evidenciando a capacidade da nova gestão de gerar valor a partir de pleitos regulatórios. Os principais avanços obtidos com o aditivo foram:

- **Pleito IPCA vs. IGP-M:** A agência reguladora (ARTESP) reconheceu o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente dos Termos Aditivos e Modificativos de 2011 e 2015. Em 2011, o índice de reajuste tarifário foi alterado de IGP-M para IPCA; em 2015, passou a vigorar a regra segundo a qual o reajuste corresponderia ao menor entre o IPCA e o IGP-M apurados no período.
- **Prorrogação da Concessão:** Tendo em vista o reconhecimento de tais desequilíbrios, o prazo do contrato de concessão foi estendido em 1.799 dias, com nova data final em 5 de junho de 2033.
- **Novo Índice de Reajuste Contratual:** Fica estabelecido contratualmente que os futuros reajustes tarifários terão como base o IPCA, substituindo o critério anterior de "o menor entre IPCA e IGP-M".
- **Redução de Custos Regulatórios:** O ônus de fiscalização devido à ARTESP sobre receitas acessórias foi drasticamente reduzido de 25% para 3% durante o novo prazo da concessão. Sobre este percentual, aplica-se ainda, conforme previsto na Resolução SLT nº4 de 2013, um desconto de 1,5% como medida compensatória, válido até o término da concessão.

Comentário do Desempenho

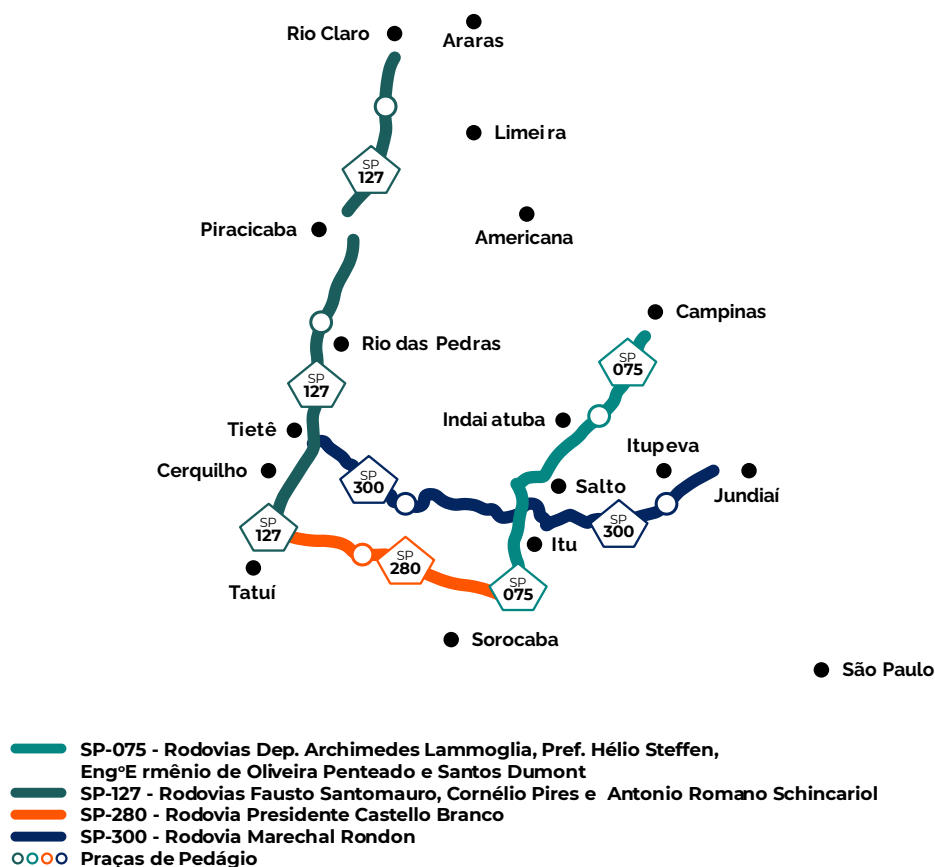
Reconhecimento de Receita Regulatória

Como resultado direto da extensão do prazo contratual, a Companhia reconheceu neste trimestre uma receita de reequilíbrio no valor de R\$ 1,89 bilhão. Em linha com as normas contábeis (CPC 46), este montante corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa adicionais projetados para o novo período da concessão, descontados pela taxa de custo de capital (WACC) da Companhia.

A receita de reequilíbrio não gera efeito caixa e possui efeito tributário neutro, com reconhecimento de imposto diferido. Sua contrapartida é o incremento do ativo intangível, que será amortizado de forma linear ao longo do prazo da concessão.

Comentário do Desempenho

TRÁFEGO



A Via Colinas é formada por quatro rodovias no Estado de São Paulo, com destaque para o tráfego nas rodovias SP 280 (Castello Branco) e SP 075 (Santos Dumont), que juntas respondem por cerca de 61,5% do volume total de tráfego, medido em eixos equivalentes.

A SP 280 é uma via estratégica para o transporte de commodities agrícolas, conectando a região central e oeste do Estado de São Paulo ao Estado de Mato Grosso do Sul, além de integrar essas áreas à capital paulista e ao Porto de Santos, principal porto exportador do Brasil.

Vale destacar que cerca de 59,6% do tráfego na SP 280 é composto por eixos pesados, o que demonstra a sua importância para o transporte de grandes volumes e cargas pesadas, especialmente no setor agropecuário.

Por sua vez, a SP 075 tem um perfil de tráfego mais regional, sendo essencial para a conexão entre as cidades de Campinas e Sorocaba, além de estabelecer uma ligação importante com o Aeroporto Internacional de Viracopos. Nessa rodovia, cerca de 60,2% do tráfego é formado por veículos leves, refletindo a natureza intermunicipal dos deslocamentos diários.

Comentário do Desempenho

VEÍCULOS EQUIVALENTES

VEQ ('000)	2T25	2T24	Δ	1S25	1S24	Δ
VEQ TOTAL	17.845	17.084	4,5%	34.997	33.586	4,2%
Leve	8.881	8.498	4,5%	17.562	16.978	3,4%
Pesado	8.965	8.586	4,4%	17.435	16.608	5,0%

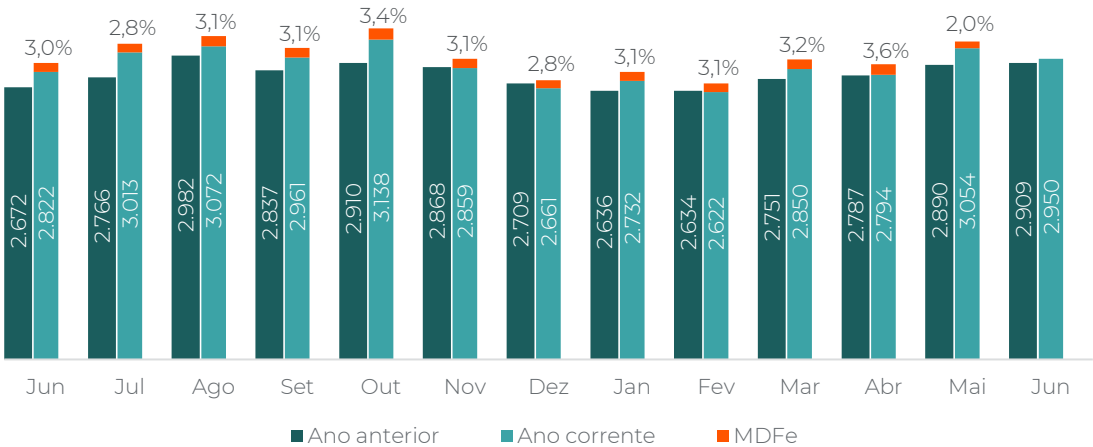
O crescimento de 4,5% no total de eixos equivalentes no 2T25 foi impulsionado por dois fatores principais que impactaram o tráfego de veículos pesados. O primeiro foi a continuidade da tendência de crescimento orgânico do tráfego. O segundo foi a implementação da cobrança sobre eixos suspensos de caminhões com carga, uma medida tornada possível pela integração tecnológica com o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e).

EFEITO MDF-e | VEÍCULOS PESADOS (VEQ '000)

A partir de junho do ano de 2024, observou-se um incremento de aproximadamente 3,0% na receita proveniente do segmento de veículos pesados, resultado da implementação do Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (“MDF-e”), que se vincula a uma Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e ao Conhecimento de Transporte Eletrônico (“CT-e”).

Com a adoção desse sistema, passou a ser efetivamente realizada a cobrança do eixo suspenso, que anteriormente era sujeito à evasão, uma vez que a operação de levantamento do eixo para passagem nas praças de pedágio não era adequadamente monitorada. Esse avanço no processo de arrecadação contribui para a maior equidade e transparência nas cobranças, além de proporcionar maior eficiência na gestão dos recursos arrecadados.

A partir de junho deste ano, o efeito da introdução do MDF-e entra em bases comparáveis, portanto o impacto do lançamento deste sistema deixará de ser apresentado.



Comentário do Desempenho

TARIFAS DE PEDÁGIO

Praça de Pedágio	Tarifa Sem Reajuste	Tarifa a partir de 01/07/2025	Δ
Indaiatuba	18,10	19,40	7,2%
Boituva	12,90	13,80	7,0%
Itupeva	9,90	10,60	7,1%
Rio Claro	8,20	8,80	7,3%
Rio das Pedras	13,30	14,20	6,8%
Porto Feliz	10,30	11,00	6,8%
Bloqueio Boituva	12,90	13,80	7,0%
Bloqueio Indaiatuba	18,10	19,40	7,2%

2T25				1S25		
Praça de Pedágio ('000)	Receita	% Receita	VEQ	Receita	% Receita	VEQ
Indaiatuba	99.182	41,5%	5.035	194.228	41,4%	10.284
Boituva	67.569	28,3%	5.682	132.678	28,3%	10.729
Itupeva	32.080	13,4%	3.240	63.503	13,5%	6.413
Rio Claro	14.480	6,1%	1.766	28.326	6,0%	3.454
Rio das Pedras	12.501	5,2%	867	24.324	5,2%	1.756
Porto Feliz	9.374	3,9%	983	18.089	3,9%	1.829
Bloqueio Boituva	2.458	1,0%	191	4.811	1,0%	373
Bloqueio Indaiatuba	1.503	0,6%	83	2.881	0,6%	159
TOTAL	239.147		17.845	468.840		34.997
TARIFA MÉDIA R\$				13,40		

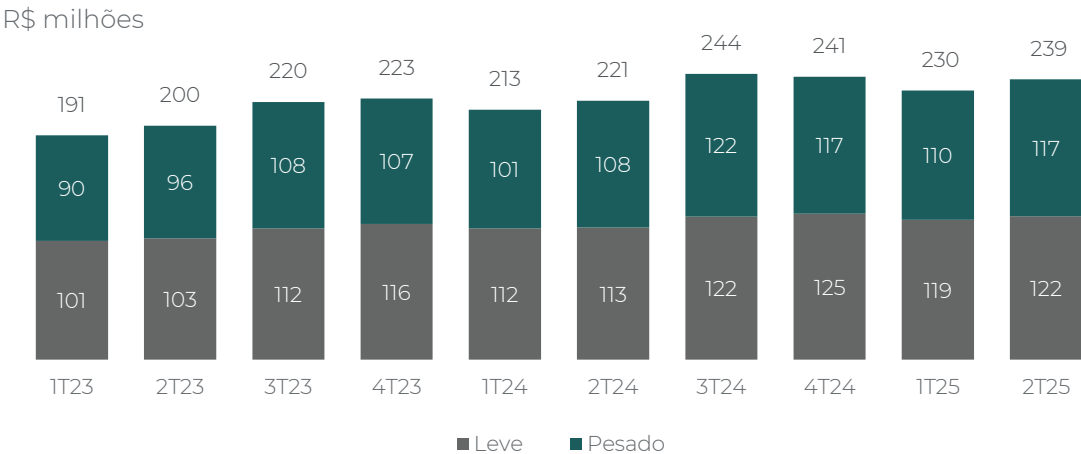
A Companhia aplicou, em 1º de julho de 2025, reajuste tarifário de aproximadamente 7,0%. O índice supera a inflação acumulada em 12 meses até maio/25 (IPCA de 5,32%), referência utilizada pelo setor no Estado de São Paulo, demonstrando a bem-sucedida estratégia da Companhia de gerar valor a partir do saldo de ativos regulatórios. O efeito desse reajuste será incorporado aos resultados a partir do 3T25.

Comentário do Desempenho

RECEITA

Receita (R\$ '000)	2T25	2T24	Δ	1S25	1S24	Δ
RECEITA BRUTA	2.129.299	223.046	854,6%	2.387.472	438.034	445,0%
Receita Tarifária	237.304	219.775	8,0%	466.239	432.284	7,9%
Leves	122.207	112.767	8,4%	241.363	224.683	7,4%
Pesados	116.979	108.135	8,2%	227.476	209.365	8,7%
Perdas, Abatimentos e Sobras De Arrecadação	(1.883)	(1.127)	67,0%	(2.601)	(1.765)	47,4%
Receitas Acessórias	3.001	2.848	5,4%	5.417	5.162	4,9%
Receitas De Construção	316	423	-25,3%	27.138	588	4.515,3%
Receitas De Reequilíbrio	1.888.678	-	n.a.	1.888.678	-	n.a.
Impostos Sobre A Receita	(20.783)	(19.253)	7,9%	(40.813)	(37.849)	7,8%
RECEITA LÍQUIDA	2.108.516	203.793	934,6%	2.346.659	400.185	486,4%
RECEITA LÍQUIDA (EX Construção e Reequilíbrio)	219.522	203.370	7,9%	430.843	399.597	7,8%

RECEITA TARIFÁRIA (ex perdas e abatimentos)

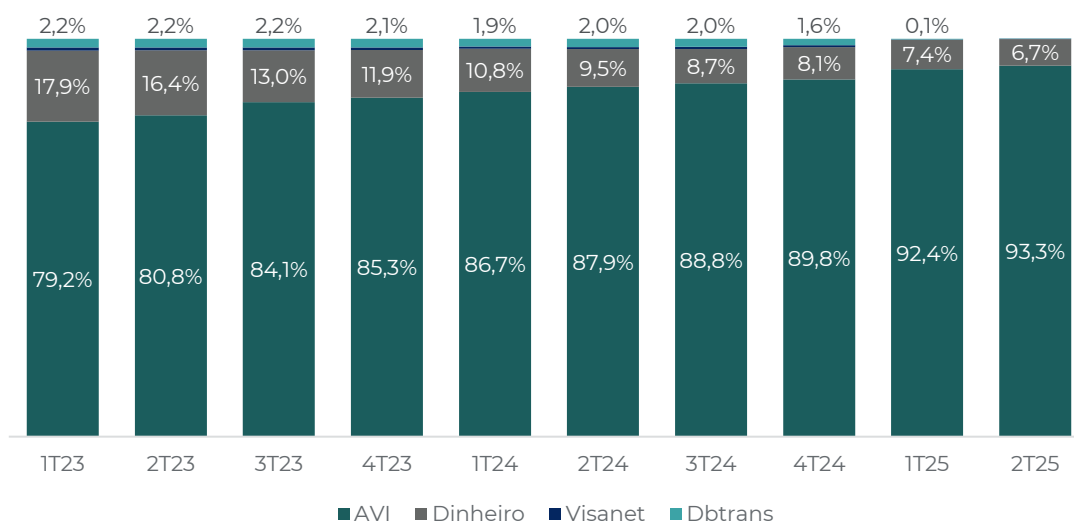


RECEITA	1T23	2T23	3T23	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	1T25	2T25
Leve	101	103	112	116	112	113	122	125	119	122
% Leves	53%	52%	51%	52%	53%	51%	50%	52%	52%	51%
Pesado	90	96	108	107	101	108	122	117	110	117
% Pesados	47%	48%	49%	48%	47%	49%	50%	48%	48%	49%
TOTAL	191	200	220	223	213	221	244	241	230	239

O crescimento de 8,0% na receita tarifária, que alcançou R\$ 237,3 milhões no 2T25, demonstra a performance sólida da concessão. O resultado combina o efeito do reajuste de 3,93% (aplicado em julho de 2024) com o robusto crescimento de 4,5% no tráfego de veículos no período.

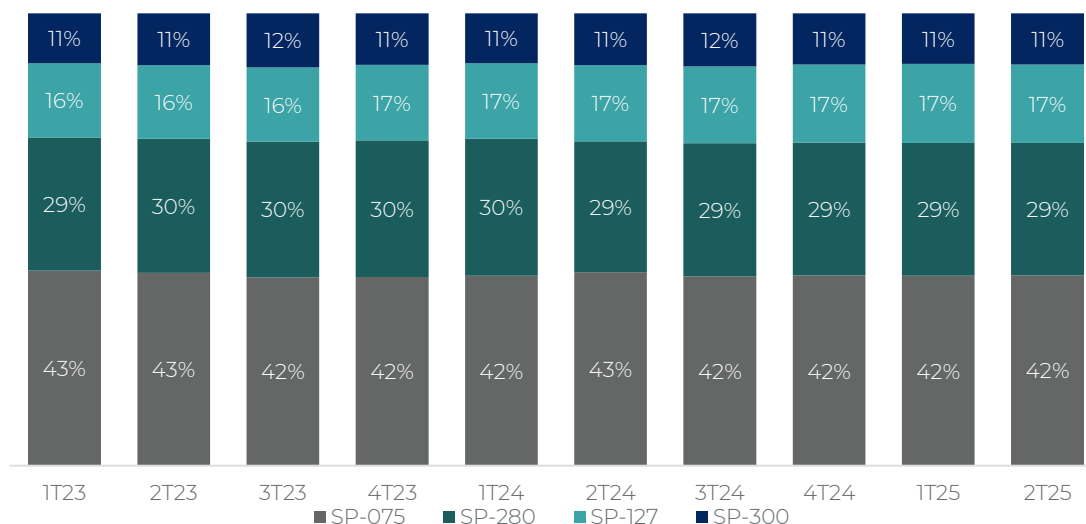
Comentário do Desempenho

DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA DE PEDÁGIO POR MEIO DE PAGAMENTO



A penetração dos meios de pagamento eletrônico (AVI) atingiu o patamar de 93,3% da receita de pedágio no 2T25. A crescente digitalização da arrecadação, cuja tendência é apresentada no gráfico abaixo, é estratégica por três motivos principais: (i) reduz custos diretos, como os de manuseio de numerário e segurança; (ii) aumenta a fluidez do tráfego, melhorando a experiência do usuário; e (iii) aprimora a gestão de dados da concessão.

DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA DE PEDÁGIO POR RODOVIA



A composição da arrecadação por corredor rodoviário revela a relevância das rodovias SP-075 (Indaiatuba) e SP-280 (Boituva), que representam, respectivamente, 42,1% e 29,3% da receita total de pedágio. Esses dados ressaltam a importância estratégica de ambos os corredores para o desempenho financeiro da operação, o que também sugere áreas prioritárias para melhorias no fluxo de veículos e oportunidades para otimizar os serviços prestados aos usuários dessas vias.

Comentário do Desempenho

RECEITAS ACESSÓRIAS

As Receitas Acessórias totalizaram R\$ 3,1 milhões no 2T25, crescimento de 5,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em termos proporcionais à receita tarifária, representaram 1,3% no trimestre.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS (R\$ '000)	2T25	2T24	Δ	1S25	1S24	Δ
CUSTOS INERENTES À OPERAÇÃO						
Funcionários	(8.052)	(8.825)	(8,8%)	(16.651)	(16.893)	(1,4%)
Materiais e equipamentos	(11.928)	(7.322)	62,9%	(19.755)	(12.467)	58,5%
Ônus variável da concessão	(3.633)	(3.983)	(8,8%)	(7.468)	(7.724)	(3,3%)
Prestadores de serviços	(38.720)	(15.180)	155,1%	(62.518)	(30.304)	106,3%
Reversões/(Provisões) de Contingências	5.593	(3.835)	(245,8%)	4.600	(8.364)	(155,0%)
Reembolso/(Despesas) de seguros	–	2.959	(100,0%)	–	3.678	(100,0%)
Outras despesas	(2.943)	(1.168)	152,0%	(4.571)	(2.355)	94,1%
Ganhos em processos judiciais	–	–	n.a.	–	–	n.a.
Outras receitas	1.568	1.497	4,7%	1.932	1.852	4,3%
SUBTOTAL	(58.115)	(35.857)	62,1%	(104.431)	(72.577)	43,9%
Amortização de intangível	(50.819)	(21.561)	135,7%	(73.824)	(42.380)	74,2%
SUBTOTAL	(108.934)	(57.418)	89,7%	(178.255)	(114.957)	55,1%
DESPESAS RELACIONADAS A AMPLIAÇÕES E MANUTENÇÃO						
Conserva, Manutenção e Operação da Rodovia	(2.207)	(3.825)	(42,3%)	(4.266)	(7.958)	(46,4%)
Despesas com construção	(316)	(423)	(25,3%)	(27.138)	(588)	4.515,3%
SUBTOTAL	(2.523)	(4.248)	(40,6%)	(31.404)	(8.546)	267,5%
Não Recorrentes	(1.006)	–	n.a.	(2.605)	–	n.a.
TOTAL CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(112.463)	(61.666)	82,4%	(212.264)	(123.503)	71,9%
TOTAL CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (Ex. Construção)	(112.147)	(61.243)	83,1%	(185.126)	(122.915)	50,6%

No 2T25, os custos e despesas operacionais (excluindo despesas com construção) totalizaram R\$ 112,1 milhões, representando um aumento de 83,1% em relação ao mesmo período de 2024.

O crescimento das despesas com prestadores de serviços, e como consequência o aumento em materiais e equipamentos, refletem, sobretudo, o reforço das atividades de conserva e manutenção concentradas neste período. Está sendo priorizada a execução durante o outono/inverno, quando o menor índice pluviométrico aumenta a produtividade e favorece uma qualidade superior de execução em relação ao histórico da concessionária. Essa estratégia sustenta uma boa performance da segurança viária para nossos clientes, em linha com nosso principal valor de respeito à vida. Para fins de comparabilidade histórica, tais atividades no trimestre devem ser ajustada nas análises.

Comentário do Desempenho

EBITDA

EBITDA (R\$ '000)	2T25	2T24	Δ	1S25	1S24	Δ
RECEITA LÍQUIDA	2.108.516	203.793	934,6%	2.346.659	400.185	486,4%
Receita de construção	(316)	(423)	(25,3%)	(27.138)	(588)	4.515,3%
Receita de reequilíbrio	(1.888.678)	–	n.a.	(1.888.678)	–	n.a.
RECEITA LÍQUIDA (ex construção e Reequilíbrio)	219.522	203.370	7,9%	430.843	399.597	7,8%
Custos operacionais	(112.463)	(61.666)	82,4%	(212.264)	(123.503)	71,9%
Custos de construção	316	423	(25,3%)	27.138	588	4.515,3%
CUSTOS OPERACIONAIS (ex construção)	(112.147)	(61.243)	83,1%	(185.126)	(122.915)	50,6%
EBIT	107.375	142.127	(24,5%)	245.717	276.682	(11,2%)
Depreciação e amortização	50.819	21.561	135,7%	73.824	42.380	74,2%
EBITDA	158.194	163.688	(3,4%)	319.541	319.062	0,2%
Reversões / (Provisões) de contingências	(5.593)	3.835	(245,8%)	(4.600)	8.364	(155,0%)
Reembolso de seguros	–	(2.959)	(100,0%)	–	(3.678)	(100,0%)
Provisão manutenção	2.207	3.825	(42,3%)	4.266	7.958	(46,4%)
Não recorrentes	1.006	–	n.a.	2.605	–	n.a.
Ajuste base comparativa	14.299	–	n.a.	14.299	–	n.a.
EBITDA AJUSTADO	170.113	168.389	1,0%	336.111	331.706	1,3%
Margem EBITDA Ajustada	77,49%	82,80%	(5,3) p.p.	78,01%	83,01%	(5,0) p.p.

O **EBITDA ajustado** da Companhia no 2T25 foi de R\$ 170,1 milhões, representando uma aumento de 1,0% em comparação com o mesmo período de 2024. O desempenho ocorreu devido ao crescimento da receita, sendo parcialmente impactado pelo aumento nas despesas operacionais.

Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ '000)	2T25	2T24	Δ	1S25	1S24	Δ
RECEITAS FINANCEIRAS	23.229	11.160	108,1%	30.370	59.839	(49,2%)
Receita com rend. de aplicação financeira e outras	20.879	9.540	118,9%	25.962	13.633	90,4%
Juros das debêntures e mútuos com partes relacionadas	–	–	n.a.	–	42.955	(100,0%)
Outras receitas financeiras	2.350	1.620	45,1%	4.408	3.251	35,6%
DESPESAS FINANCEIRAS	(44.119)	(35.201)	25,3%	(82.107)	(69.388)	18,3%
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(39.925)	(33.683)	18,5%	(77.095)	(61.402)	25,6%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(494)	(1.140)	(56,7%)	(1.076)	(2.247)	(52,1%)
Outras despesas financeiras	(3.700)	(378)	878,8%	(3.936)	(5.739)	(31,4%)
Ajuste a valor presente das debêntures e mútuo com terceiros	34.349	(354.282)	(109,7%)	67.751	(354.282)	(119,1%)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	13.459	(378.323)	(103,6%)	16.014	(363.831)	(104,4%)

No 2T25, a Companhia registrou um resultado financeiro líquido de R\$ 13,5 milhões. As receitas financeiras totalizaram R\$ 23,2 milhões no 2T25. O desempenho foi impulsionado principalmente pelo rendimento das aplicações financeiras, que somaram R\$ 20,9 milhões no período.

As despesas financeiras totalizaram R\$ 44,1 milhões, refletindo o aumento nos juros das debêntures. Esse movimento reflete diretamente a elevação da taxa SELIC, que impacta o CDI — indexador de 100% da dívida da Companhia.

RESULTADO LÍQUIDO

RESULTADO LÍQUIDO (R\$ '000)	2T25	2T24	Δ	1S25	1S24	Δ
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DO IR E CS	2.009.512	(236.196)	(950,8%)	2.150.409	(87.149)	(2.567,5%)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(683.230)	80.308	(950,8%)	(731.145)	29.637	(2.567,0%)
RESULTADO LÍQUIDO	1.326.282	(155.888)	(950,8%)	1.419.264	(57.512)	(2.567,8%)
% Margem Líquida	62,9%	(76,5%)	139,4 p.p.	60,5%	(14,4%)	74,9 p.p.

O resultado líquido da companhia foi de R\$ 1,3 bilhões de reais, reflexo do reconhecimento da receita de reequilíbrio contratual e de um resultado financeiro sem o efeito negativo do AVP das debêntures e mútuos com terceiros.

Comentário do Desempenho

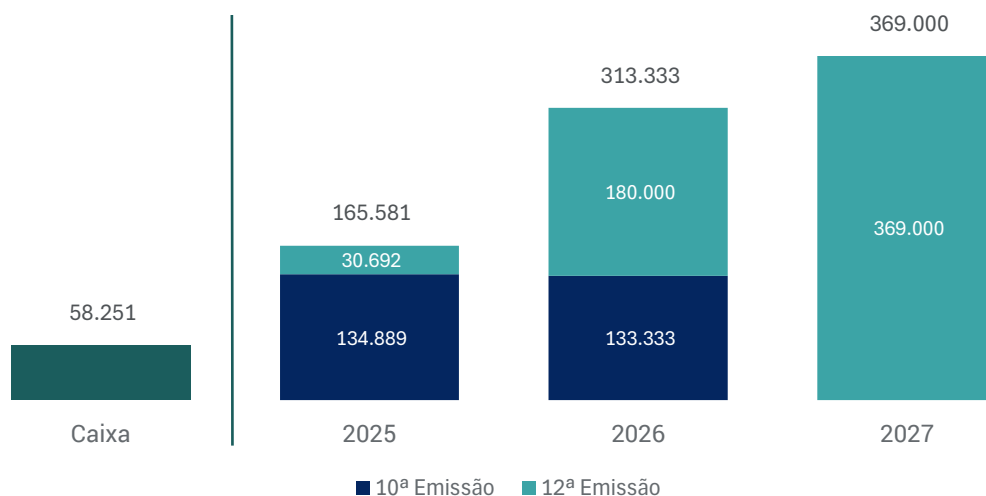
ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO (R\$ '000)	Custo	Emissão	Vencimento	30/06/2025	31/12/2024	Var. %
9ª Emissão (primeira série)	CDI + 1,50% a.a.	jul/19	jun/25	-	206.056	(100,0%)
10ª Emissão (primeira série)	CDI + 2,50% a.a.	dez/20	dez/26	268.222	268.145	0,0%
12ª Emissão (serie única)	CDI + 1,15% a.a.	out/24	dez/27	579.692	613.932	(5,6%)
Dívida Bruta				847.914	1.088.133	(22,1%)
Caixa				58.251	191.110	(69,5%)
Dívida Líquida				789.663	897.023	(12,0%)
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado				1,15x	1,32x	(0,17x)

Ao longo do 2T25, a Companhia realizou a amortização integral da 9ª emissão e a amortização da 12ª emissão de debêntures, reduzindo a alavancagem para 1,15x (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado). O movimento demonstra a capacidade de desalavancagem e a saúde financeira do ativo.

Após o encerramento do trimestre, em julho de 2025, foi concluída a 13ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 2,0 bilhões, a taxa de CDI + 0,80%, acompanhada do resgate total antecipado da 10ª emissão, contratada a CDI + 2,50%. A operação otimizou a estrutura de capital da Companhia, resultando em redução relevante do custo da dívida e no alongamento do prazo médio.

FLUXO DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (PRÉ 13ª EMISSÃO)



Comentário do Desempenho

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações trimestrais (ITR) da Via Colinas, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

Anexo I

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais - R\$)	30/06/2025	31/12/2024
ATIVOS		
CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	58.251	191.110
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	68.101	62.616
Impostos a recuperar	247	1.739
Outros ativos	10.563	11.426
Total dos ativos circulantes	137.162	266.891
NÃO CIRCULANTES		
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	69.592	69.429
Debêntures com terceiros	1.030.592	974.538
Mútuo com terceiros	215.060	203.363
Depósitos e bloqueios judiciais	172.063	164.597
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	164.396
Outros ativos	2.764	15.763
Total do realizável a longo prazo	1.490.071	1.592.086
Direito de Uso	1.581	3.007
Intangível	2.171.194	317.487
Total dos ativos não circulantes	3.662.846	1.912.580
TOTAL DOS ATIVOS	3.800.008	2.179.471
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTES		
Debêntures	253.042	402.752
Passivo de Arrendamento	1.672	2.632
Fornecedores	30.469	29.965
Débitos com partes relacionadas	12.712	5.417
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	38.902	32.154
Obrigações fiscais	15.533	13.787
Credor pela concessão	1.192	1.370
Provisão para manutenção	17.707	8.570
Obrigações sociais e trabalhistas	4.381	4.605
Dividendos a pagar	250.769	214.570
Outras contas a pagar	2.001	3.437
Total dos passivos circulantes	628.380	719.259
NÃO CIRCULANTES		
Debêntures	590.151	679.000
Passivo de Arrendamento	-	489
Provisão para manutenção	7.663	14.649
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	123.210	141.604
Imposto de renda e contribuição social diferidos	493.069	-
Total dos passivos não circulantes	1.214.093	835.742
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	226.145	226.145
Reservas de capital	85.981	85.981
Reservas de lucros	226.145	197.413
Lucros acumulados	1.419.264	114.931
Total do patrimônio líquido	1.957.535	624.470
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.800.008	2.179.471

Comentário do Desempenho

Anexo II

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (R\$'000)	2T25	2T24	1S25	1S24
Receita de Pedágio	237.304	219.775	466.239	432.284
Outras Receitas	1.891.995	3.271	1.921.233	5.750
Impostos Sobre Receita	(20.783)	(19.253)	(40.813)	(37.849)
RECEITA LIQUIDA	2.108.516	203.793	2.346.659	400.185
Receita de Construção	(316)	(423)	(27.138)	(588)
Receita de Reequilíbrio	(1.888.678)	-	(1.888.678)	-
RECEITA LIQUIDA (ex. Construção e Reequilíbrio)	219.522	203.370	430.843	399.597
Custos Inerentes À Operação	(58.115)	(35.857)	(104.431)	(72.577)
Depreciação e Amortização	(50.819)	(21.561)	(73.824)	(42.380)
Despesas Relacionadas A Ampliações E Manutenção	(2.523)	(4.248)	(31.404)	(8.546)
Não Recorrentes	(1.006)	-	(2.605)	-
CUSTOS E DESPESAS	(112.463)	(61.666)	(212.264)	(123.503)
Despesas Com Construção	316	423	27.138	588
CUSTOS E DESPESAS (ex. Construção)	(112.147)	(61.243)	(185.126)	(122.915)
EBIT	107.375	142.127	245.717	276.682
Depreciação e Amortização	50.819	21.561	73.824	42.380
EBITDA	158.194	163.688	319.541	319.062
Reversões / (Provisões) de Contingências	(5.593)	3.835	(4.600)	8.364
Reembolso / (Despesas) de Seguros	-	(2.959)	-	(3.678)
Provisão de Manutenção	2.207	3.825	4.266	7.958
Não Recorrentes	1.006	-	2.605	-
EBITDA Ajustado	155.814	168.389	321.812	331.706
Receitas Financeiras	20.879	9.540	25.962	56.588
Juros e Correção Monetária	(39.925)	(33.683)	(77.095)	(61.402)
AVP da Provisão para Manutenção	(494)	(1.140)	(1.076)	(2.247)
AVP de Debêntures e Mútuos	34.349	(354.282)	67.751	(354.282)
Outras Receitas / (Despesas) Financeiras	(1.350)	1.242	472	(2.488)
RESULTADO FINANCEIRO	13.459	(378.323)	16.014	(363.831)
Resultado de equivalência patrimonial				
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.009.512	(236.196)	2.150.409	(87.149)
Correntes	(39.542)	(36.416)	(73.680)	(84.306)
Diferidos	(643.688)	116.724	(657.465)	113.943
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(683.230)	80.308	(731.145)	29.637
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.326.282	(155.888)	1.419.264	(57.512)

Comentário do Desempenho

Anexo III

FLUXO DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (R\$'000)	1S25	1S24
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	1.419.264	(57.512)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	657.465	(113.943)
Imposto de renda e contribuição social corrente	73.680	84.306
Amortização do intangível	73.825	42.380
Receita de Reequilíbrio	(1.888.678)	–
Baixa do intangível	6	93
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento e juros provisionados	106	161
Juros sobre debêntures passivas e empréstimos e financiamentos	77.095	61.402
Juros sobre debêntures ativas e mútuos	–	(42.955)
Ajuste a valor presente sobre debêntures ativas e mútuos	(67.751)	354.282
Provisão para manutenção	2.248	5.439
Reversão da provisão para perdas de créditos esperada	(134)	(194)
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(17.599)	8.365
Contas a receber de clientes, do poder concedente e de partes relacionadas	(5.514)	(3.181)
Impostos a recuperar e outros ativos	15.354	(13.834)
Depósitos e bloqueios judiciais	(7.466)	(4.591)
Fornecedores e débitos com partes relacionadas	(3.333)	(4.662)
Obrigações fiscais	1.746	125
Obrigações sociais e trabalhistas	(224)	(654)
Provisão para manutenção - utilização	(97)	(16.902)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - pagamento	(795)	(1.131)
Apropriação credor pela concessão	(178)	(30)
Outras contas a pagar	(1.436)	(3.058)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(66.933)	(98.949)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	260.652	194.956
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	(26.302)	(1.052)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(26.302)	(1.052)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	(50.000)	(223.000)
Debêntures:		
Captações	–	248.639
Pagamento de principal	(226.000)	(257.315)
Pagamento de juros	(89.654)	(54.154)
Pagamento da outorga fixa	–	–
Arrendamento - pagamentos de principal e juros	(1.555)	(1.377)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(367.209)	(287.207)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(132.859)	(93.303)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	191.110	188.485
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	58.251	95.182

Comentário do Desempenho



Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Rodovias das Colinas S.A. ("Companhia"), sediada em Itu, Estado de São Paulo, constituída em 26 de fevereiro de 1999, iniciou efetivamente suas operações em 2 de março de 2000, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.773, de 12 de maio de 1997. A Companhia tem como objeto social a operação, as ampliações e a manutenção do Lote 13 - Malha Rodoviária Estadual de ligação entre as cidades de Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas, por meio de Contrato de Concessão. Em 25 de abril de 2013, a Companhia obteve registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Em 27 de maio de 2024, em observância à Resolução CVM nº 44, a Companhia informou a seus investidores e ao mercado em geral que, nesta data, foi concluída a operação que resultou na venda de 100% do capital social da Companhia, da AB Concessões S.A. ("antiga controladora") para a Via Appia FIP Infraestrutura ("FIP Via Appia"). Com essa operação, a Companhia passou a ser uma controlada indireta do FIP Via Appia e uma controlada da Via Appia Concessões S.A.

O Contrato de Concessão tem como objetivo a execução, a gestão e a fiscalização dos serviços delegados, a prestação de serviços de apoio aos serviços não delegados e de serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 240 meses, com início em março de 2000. As cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas.

Em dezembro de 2006, por meio do Termo Aditivo e Modificativo - TAM nº 19/06 do Contrato de Concessão nº 012/CR/00, foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP a prorrogação do prazo de concessão por mais 100 meses, como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, reconhecido pelo TAM nº 18/06, sem alteração do valor do ônus fixo (vide Nota 12), nem do prazo de pagamento original, passando o prazo da concessão para 340 meses com término em 02 de julho de 2028. Em complemento ao desequilíbrio econômico, reconhecido no TAM nº 18/06, a Companhia formalizou a compensação, nas parcelas mensais do ônus fixo, das diferenças de majoração supervenientes de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (2% para 3%), a partir de março de 2007 até fevereiro de 2020.

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, de 27 de junho de 2011, o Poder Concedente e a Companhia celebraram o TAM nº 25/11, em 1º de dezembro de 2011, que definiu a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias do Estado de São Paulo, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicaria na revisão contratual para verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, por meio de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes.

As cláusulas deste TAM passariam a vigorar a partir de 1º de julho de 2013, entretanto, por Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP de 27 de junho de 2013, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2013 mantendo como índice o IGP-M, conforme previsto nos termos originais do Contrato de Concessão. Contudo, o governo do Estado de São Paulo cancelou o reajuste previsto para julho de 2013 e anunciou medidas para a compensação, que foram (i) redução de 1,5% dos pagamentos do ônus variável; (ii) utilização dos créditos das adequações decorrentes de atrasos e

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

postergações de obras que resultaram em desequilíbrio favorável ao Estado; (iii) cobrança do eixo suspenso dos veículos comerciais e; (iv) modificação no ônus fixo. A Resolução SLT Nº, 4 de 22 de julho de 2013, autorizou a cobrança de eixo suspenso a partir de 22 de julho de 2013, onde são considerados para fins de cobrança da tarifa de pedágio todos os eixos de veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo pelo conjunto de sensores utilizados nas praças de pedágio.

Em 01 de julho de 2014, a ARTESP autorizou o reajuste na tarifa de pedágio em 5,51%. A Companhia desconhece a forma de cálculo utilizada para a definição dos reajustes, pois não corresponde à aplicação do índice previsto no contrato de concessão.

Em 27 de junho de 2015, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2015, em 4,11%. No dia 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Companhia e a ARTESP o Termo de Retificação ao Termo Aditivo e Modificativo nº 25/11, o qual estabelece desde então que no reajuste contratual da Companhia seria aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos, preservado à Companhia o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão através de extensão de prazo da concessão.

Em 03 de junho de 2022, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo nº 27/2022 ("TAM 27/2022"), por meio do qual foram reconhecidos os desequilíbrios apurados referentes ao 1º e 2º biênios (período de 2013 a 2017), em conformidade com a disciplina estabelecida no TAM 25/2011. O referido aditivo foi firmado sem prejuízo de novas e sucessivas apurações de desequilíbrio econômico-financeiro decorrentes da alteração do índice de reajuste contratual, conforme previsto no TAM 25/2011.

Em 30 de abril de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo nº 28/2025 ("TAM 28/2025"), com os seguintes objetivos o: (i) reconhecimento dos desequilíbrios econômico-financeiros em virtude da diferença entre os índices IGP-M e IPCA, conforme destacado acima no TAM 25/2011 (período 01/07/2013 a 30/06/2024); (ii) reequilíbrio do Contrato de Concessão, por meio de prorrogação de prazo, em função dos desequilíbrios resultantes do item (i); (iii) alteração do índice de reajuste tarifário para IPCA, a partir do período prorrogado; e (iv) ajustar a percentagem de 3% (três por cento), calculado sobre as receitas tarifárias de pedágio e das receitas acessórias a título de ônus de fiscalização, para o período prorrogado (porém sem revogar o efeito do TAM que estabelece redução de 1,5% dos pagamentos do ônus variável). Com isso, em decorrência do TAM 28/25, o Contrato de Concessão foi prorrogado em 1.799 (mil, setecentos e noventa e nove) dias, contados a partir de 03 de julho de 2028, passando o término da Concessão para 05 de junho de 2033.

Em 27 de junho de 2024, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 3,93% baseados na evolução do IPCA entre maio/2023 e maio/2024, a vigorar a partir de 1º de julho de 2024.

Em 01 de julho de 2025, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 3,05% baseados na evolução do IPCA entre maio/2024 e maio/2025, a vigorar a partir de 1º de julho de 2024

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso (ônus) de pagar:

- Valor fixo liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março de 2000. Esse valor foi reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

datas em que o reajustamento foi aplicado à tarifa de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. Essa obrigação foi registrada na rubrica "Credor pela concessão" e foi ajustada a valor presente a partir do início da concessão à taxa de juros de 5% ao ano, definida pela Administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi lançada na rubrica "Direito de outorga da concessão", classificada no ativo intangível.

- Valor variável correspondente a 1,50% da receita de pedágio e 23,50% das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Adicionalmente, a Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

Obras concluídas*Rodovia SP-300 - Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto e Marechal Rondon*

- Duplicações: km 64,60 ao km 103 (trecho Jundiaí/Itu); km 108,90 ao km 136,6 (Itu/Porto Feliz); km 140,825 ao km 144,120 (Porto Feliz/Tietê); km 149,96 ao km 152,3 (Porto Feliz/Tietê); km 155,35 ao km 158,65 (Tietê). Adicionalmente, foram implantados dispositivos de retorno, além de outros melhoramentos determinados pelo Poder Concedente quando da assinatura do contrato.

Rodovia SP-127 - Rodovia Professor Francisco da Silva Pontes, Rodovia Antonio Romano Schincariol, Rodovia Cornélio Pires, Rodovia Fausto Santo mauro

- Duplicações: km 39,90 ao km 50,52 (Piracicaba/Rio das Pedras/Saltinho); km 55,3 ao km 58,48 (Rio das Pedras), km 62,3 ao km 63,64 (Tietê); km 76 ao km 105,90 (Tietê/Cerquilha/Tatuí). Adicionalmente, foram implantados dispositivos de retorno, além de outros melhoramentos e recuperação e manutenção do Contorno de Piracicaba - SP 127 e implantação de ponte km 82,4 (Rio Tietê).
- Duplicações: km 51 ao km 83 (Saltinho/Tietê), sendo dividida na seguinte etapa: km 51 ao km 52,2 (Saltinho).
- Implantação: dispositivo de retorno km 96,9 Cerquilha, realizado conforme solicitação no km 92.

SP 280 - Rodovia Presidente Castelo Branco

- Implantação de faixas adicionais do km 110 ao km 122,7 - pista leste Boituva e do km 104,1 ao km 122,7 - pista oeste Porto Feliz/Boituva.
- Implantação de vias marginais km 90,5 ao km 94,2 (Toyota).

SPI 102/300 - Anel Viário Itu

- Implantação de 7,1 km do Anel Viário de Itu, ligando as rodovias SP 300 do km 102 a SP 075 na altura do km 32 com a execução de obras de arte especiais.

SP075 - Rodovia Santos Dumont, José Ermírio de Moraes, Deputado Archimedes Lammoglia, Prefeito Helio Steffen e Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

- Duplicação do km 36,60 ao km 38,85, além da implantação de passarelas e outros elementos de segurança.
- Implantação do Complexo Viário de Interligação do Distrito Industrial de Indaiatuba - km 50,9.

A Companhia estima o montante de R\$ 25.369 em 30 de junho de 2025 (R\$ 23.219 em 31 de dezembro de 2024), para cumprir com as obrigações de realizar as recuperações e manutenções até 31 de dezembro de 2026. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

A Companhia, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviço adequado durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos para as estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. Eventuais recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato serão discutidas com Poder Concedente, conforme previsões do Contrato de Concessão.

A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Capital Circulante Negativo

Em 30 de junho de 2025, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 491.218. No período, a Companhia gerou caixa oriundo de atividades operacionais que, somado ao caixa disponível, permitiu que seus compromissos fossem honrados e nenhum *covenant* financeiro fosse quebrado. Adicionalmente, conforme divulgado na Nota explicativa 26, em 15 de julho de 2025, a Companhia efetuou a liquidação da 13ª emissão de debêntures públicas simples, captando o montante total da emissão de R\$ 2.000.000. Caso ocorra a necessidade de novos recursos para fazer frente às suas obrigações, a Companhia poderá levantar novos empréstimos e financiamentos com instituições financeiras ou acessar o mercado de capitais. A Companhia apresenta geração sólida de fluxos de caixa e entende que honrará com todos os compromissos assumidos, não se fazendo necessário aporte da controladora.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das informações contábeis intermediárias e políticas contábeis materiaisDeclaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting, emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (última demonstração financeira anual).

As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações financeiras preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas selecionadas que explicam os eventos e transações significativas que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 14 de agosto de 2025.

3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação dessas informações contábeis intermediárias, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Companhia durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração financeira anual.

3.1. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis Intermediárias são as mesmas que as aplicadas na preparação da última demonstração financeira anual. Portanto, a Administração optou por não divulgar novamente em detalhes as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Assim, faz-se necessário a leitura dessas informações contábeis intermediárias em conjunto com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de modo a permitir que os usuários ampliem o seu entendimento acerca da condição financeira e de liquidez da Companhia e da sua capacidade em gerar lucros e fluxos de caixa.

Rodovias das Colinas S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

As alterações de normas e novas normas que entraram em vigor em 2025 não são aplicáveis ou não tiveram impactos materiais para a Companhia, na preparação dessas informações contábeis intermediárias.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2025	31/12/2024
Caixa e contas bancárias	2.823	4.826
Aplicações financeiras (a)	55.428	186.284
Total	58.251	191.110

(a) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e aplicações em operações compromissadas com remuneração média de 96,56% em 30 de junho de 2025 (99,29% em 31 dezembro de 2024), da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Contas a receber de cliente e do poder concedente

	30/06/2025	31/12/2024
Pedágio eletrônico e outros (a)	67.503	62.464
Receitas acessórias	1.859	1.280
Provisão para perdas de crédito esperada (c)	(1.261)	(1.128)
ARTESP - ponto a ponto (b)	69.592	69.429
Total	137.693	132.045
Circulante	68.101	62.616
Não circulante	69.592	69.429

- (a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. Vide Nota 22, seção "riscos de mercado", item (b).
- (b) Contas a receber do Poder Concedente referentes à implantação do sistema ponto a ponto do pedágio, cujo reequilíbrio econômico financeiro em favor da Companhia foi objeto do Termo Aditivo e Modificativo - TAM nº 26/2019, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01. Devido a evidência objetiva de realização desses saldos, nenhuma provisão para crédito esperada foi constituída. A Companhia aguarda definição do poder concedente quanto a forma de recebimento/compensação, e por isso classificou o montante integralmente como recebível a longo prazo.
- (c) Refere-se a provisão constituída para as passagens em análise pelos repassadores e receitas acessórias vencidas acima de 90 dias.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes e do Poder Concedente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP, é de 30 dias.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada está demonstrada a seguir:

	30/06/2025	30/06/2024
No início do período	(1.127)	(1.187)
Adições/Reversões no período	(134)	194
Baixas no período	-	-
No final do período	(1.261)	(993)

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	30/06/2025	31/12/2024
A vencer	68.044	62.553
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 90 dias	57	63
Acima de 91 dias (a)	70.853	70.557
	<u>138.954</u>	<u>133.173</u>

- (a) Refere-se substancialmente a montantes a receber do Poder Concedente, referente à implantação do sistema ponto a ponto do pedágio no valor de R\$ 69.592 em 30 de junho de 2025 (R\$ 69.429 em 31 de dezembro de 2024), conforme item (b) acima.

6. Debêntures e Mútuo com terceiros

	30/06/2025	31/12/2024
AB Concessões S.A. - debêntures (a)	1.030.592	974.538
AB Concessões S.A. – mútuo a receber (b)	215.060	203.363
	<u>1.245.652</u>	<u>1.177.901</u>
 Movimentação	 <u>30/06/2025</u>	
Em 27 de maio de 2024	1.093.264	
Ajuste a valor presente (AVP) no exercício	84.637	
Em 31 de dezembro de 2024	<u>1.177.901</u>	
Ajuste a valor presente (AVP) no período	67.751	
Em 30 de junho de 2025	<u>1.245.652</u>	

- (a) Debêntures: em 29 de junho de 2012, a controladora anterior AB Concessões S.A., emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, com valor unitário de R\$500 e com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A Companhia adquiriu 800 debêntures, remuneradas a 100% da variação acumulada da taxa CDI, acrescida de juros que variam de 2,80% a 3,20% ao ano, que seriam pagos integralmente na data de vencimento. Este contas a receber da controladora anterior está vinculado à emissão, por parte da Companhia, das debêntures privadas descritas na Nota 9. Essas debêntures foram repactuadas em 11 de dezembro de 2013 e seu vencimento prorrogado para 28 de janeiro de 2014 e, posteriormente, para 31 de dezembro de 2024. Os juros remuneratórios das debêntures foram alterados para 3,20% a.a. entre os dias 24 de abril de 2013 e 31 de janeiro de 2014, 1,35% a. a. de 1º de fevereiro de 2014 a 14 de agosto de 2017 e 1,6448% a.a. de 15 de agosto de 2017 até a data de seu vencimento em dezembro de 2024, podendo ser renovável. Em 30 de junho de 2023 ocorreu a prorrogação do vencimento para 31 de dezembro de 2024. Os juros remuneratórios serão pagos integralmente na data do vencimento, sendo incorporados a cada período de capitalização. Os recursos repassados à controladora anterior, por meio da aquisição das referidas debêntures, foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, operado pela Concessionária SPMAR S.A., empresa concessionária dos trechos sul e leste do Rodoanel Mário Covas, localizado na região metropolitana de São Paulo. Em 24 de março de 2021, foi realizada a alienação de 83 (oitenta e três) debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia da AB Concessões S.A. no valor de R\$ 99.144, através da compensação de dividendos declarados pela Companhia. Em 27 de maio de 2024, com a venda de 100% do capital social da Companhia, da AB Concessões S.A. para a Via Appia Concessões S.A., conforme nota explicativa nº. 1, esse valor deixou de ser um saldo com partes relacionadas.
- (b) Saldo de mútuo com a controladora anterior AB Concessões S.A., sobre o qual incidiam juros de 30% acima das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DIs de um dia, expressas de forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, tendo como vencimento original 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovável por igual período. Em 12 de dezembro de 2016, foi prorrogado o vencimento para 31 de dezembro de 2021 e a taxa de remuneração

Rodovias das Colinas S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

foi alterada para 110% do DI - Certificado de Depósitos Interbancários, ao ano, expressa de forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, aplicados a partir de 1º de janeiro de 2017, e foram amortizados R\$171.392 de juros do saldo de mútuo com a AB Concessões S.A., com saldo de dividendos distribuídos na mesma data.

Em 30 de junho de 2023, foi realizada a amortização antecipada de parte do Mútuo, por pagamento, no montante de R\$50.000.

Em 27 de maio de 2024, com a venda de 100% do capital social da Companhia, da AB Concessões S.A. para a Via Appia Concessões S.A., conforme nota explicativa nº. 1, esse valor deixou de ser um saldo com partes relacionadas.

Em 27 de maio de 2024, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração dos Juros das Debêntures a receber para reduzi-los para zero e a exclusão dos juros e encargos financeiros incidentes sobre o Contrato do Mútuo, ambos com efeitos retroativos a partir de 01 de abril de 2024, de modo que a controladora anterior (“AB Concessões”) pagará os Juros e encargos do Contrato acumulados até 31 de março de 2024. Em 20 de dezembro de 2024, foi prorrogado o vencimento para 31 de dezembro de 2026. A Companhia fez uma avaliação da modificação dos ativos e concluiu que a modificação não resulta no desreconhecimento do ativo. Dessa forma, a Companhia recalculou o valor do ativo financeiro considerando o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados e reconheceu o Ajuste de Valor Presente (AVP) no valor de R\$ 354.282 e constituiu o valor de R\$ 120.456 de IRPJ e CSLL Diferidos. Em 30 de junho de 2025 o saldo de Ajuste de Valor Presente (AVP) ficou em R\$ 227.544 e o valor de IRPJ e CSLL Diferidos em R\$ 77.365 (em 31 de dezembro de 2024 o saldo de AVP ficou em R\$ 295.295 e o valor de IRPJ e CSLL Diferidos em R\$ 100.400).

7. Partes relacionadas

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

Saldos patrimoniais	30/06/2025		31/12/2024	
Passivo circulante				
Serviços compartilhados – controladora: Via Appia Concessões S.A. (d)	12.712		5.034	
Contas a Pagar para partes relacionadas: Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	-		383	
	12.712		6.185	
Dividendos a pagar - controladora: Via Appia Concessões S.A. (e)	250.769		214.570	

Transações	01/04 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Custo dos serviços prestados				
Outras partes relacionadas Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	(15.885)	(20.302)	(6.983)	(12.809)
Despesas administrativas				
Controladora direta: Via Appia Concessões S.A. (d)	(12.712)	(22.751)	(2.520)	(6.597)
Receitas financeiras				
Controladora anterior: AB Concessões S.A. (a) e (b)	-	-	-	42.955
	(28.597)	(43.053)	(9.503)	23.549

(a) Vide nota explicativa 6.
(b) Vide nota explicativa 6.
(c) Contrato de prestação de serviços de conservação de rotina da faixa de domínio, nas rodovias existentes na malha

Rodovias das Colinas S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

rodoviária administrada pela Companhia, cujos valores - divulgados como "Gastos com prestadores de serviços", conforme nota explicativa nº 18 - são os resultantes de medições de serviços efetivamente prestados, e cuja liquidação é efetuada até o último dia útil do mês seguinte ao da execução dos serviços.

- (d) Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas referente a gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executada pela controladora Via Appia Concessões, cujos valores - divulgados como "Gastos com prestadores de serviços", conforme nota explicativa nº. 18 - são arcados inicialmente pela controladora e reembolsados trimestralmente pelas controladas mediante Nota de Débito, sem qualquer margem de lucro, até o ultimo de útil do mês subsequente à prestação de contas.
- (e) Durante o período findo em 30 de junho de 2025 foram pagos dividendos no total de R\$ 50.000 (R\$ 526.000 em 31 de dezembro de 2024). Abaixo a movimentação:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	402.745
Dividendos aprovados em 29 de abril de 2024 (Vide nota 16)	309.093
Dividendos mínimos obrigatórios	28.732
Dividendos pagos no exercício	(526.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	214.570
Dividendos aprovados em 30 de abril de 2025 (Vide nota 16)	86.199
Dividendos pagos no período	(50.000)
Saldos em 30 de junho de 2025	250.769

Em 27 de maio de 2024, com a venda de 100% do capital social da Companhia, da AB Concessões S.A. para a Via Appia Concessões S.A., conforme nota explicativa nº. 1, o saldo de dividendos passou a ser devido a nova controladora.

A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada ou remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

O montante destinado e reconhecido como despesa nos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 2.574 e R\$ 4.497 (R\$ 1.131 e R\$ 1.637 em 30 de junho de 2024) os quais fazem parte da remuneração anual dos administradores.

	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2024
Salários	2.574	4.497	832	1.158
Encargos	-	-	159	285
Outros benefícios	-	-	140	194
Total	2.574	4.497	1.131	1.637

8. Intangível

A movimentação é como segue:

Custo	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de exploração de infraestrutura (d)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.244.541	32.782	-	4.635	1.281.958
Adições	1.398	-	-	12	1.410
Baixas	(230)	-	-	-	(230)
Saldos em 30 de junho de 2024	1.245.709	32.782	-	4.647	1.283.138

Rodovias das Colinas S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.258.425	32.782	-	4.665	1.295.872
Adições	37.390	-	1.888.678	44	1.926.112
Baixas	(94)	-	-	-	(94)
Saldos em 30 de junho de 2025	1.295.721	32.782	1.888.678	4.709	3.221.890

Amortização acumulada	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de exploração de infraestrutura (d)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(862.590)	(27.771)	-	(3.291)	(893.652)
Amortização	(40.434)	(531)	-	(147)	(41.112)
Baixas	704	-	-	-	704
Saldos em 30 de junho de 2024	(902.320)	(28.032)	-	(3.438)	(934.060)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(945.942)	(28.859)	-	(3.584)	(978.385)
Amortização	(36.679)	(418)	(35.163)	(139)	(72.399)
Baixas	88	-	-	-	88
Saldos em 30 de junho de 2025	(982.533)	(29.277)	(35.163)	(3.723)	(1.050.696)

Intangível líquido	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de exploração de infraestrutura (d)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	312.483	3.923	-	1.081	317.487
Saldos em 30 de junho de 2025	313.094	3.505	1.853.515	1.081	2.171.194

- (a) Refere-se a investimentos efetuados nas rodovias que geram benefício econômico futuro e que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota 1. Esse valor foi ajustado a valor presente, na data do seu registro original. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.
- (c) Refere-se substancialmente a marcas e patentes e software. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.
- (d) Em 30 de junho de 2025, o montante de R\$ 1.853.515 refere-se ao Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 28/2025 ao contrato de concessão, estabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro em virtude da diferença entre os índices IGP-M e IPCA e a extensão do prazo de concessão, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

A administração da Companhia não identificou indicação de que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. Desta forma, não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

9. Debêntures

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento	30/06/2025	31/12/2024
9ª emissão: 1ª série	41.000	CDI a 100% + 1,50% a.a.	Junho/25	-	206.056
10ª emissão: 1ª série	400.000	CDI a 100% + 2,50% a.a.	Dezembro/26	268.222	268.145
12ª emissão: 1ª série	600.000	CDI a 100% + 1,15% a.a.	Dezembro/27	579.692	613.932
Custo de transação				847.914 (4.721)	1.088.133 (6.381)

Rodovias das Colinas S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento	30/06/2025	31/12/2024
Saldo líquido				843.193	1.081.752
Circulante				253.042	402.752
Não circulante				590.151	679.000

Cronograma de desembolso (não circulante):

Ano do vencimento	Valor
2026	223.333
2027	369.000
(-) Custo de transação	(2.182)
	590.151

12ª emissão

Em 18 de outubro de 2024 a Companhia efetuou liquidação da 12ª emissão de debêntures públicas simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 26 de dezembro de 2027. O montante total da emissão foi de R\$ 600.000, sendo 600.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1, em série única, e são remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 1,15% a.a. A amortização e os juros remuneratórios serão pagos em 7 parcelas, sendo o primeiro pagamento devido realizado em 26 de fevereiro de 2025 e os demais serão semestrais até a data do vencimento das debêntures.

10ª emissão

Em 15 de dezembro de 2020 a Companhia efetuou a 10ª emissão de debêntures públicas simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 15 de dezembro de 2026. O montante total da emissão foi de R\$ 500.000, sendo 500.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1, sendo 400.000 debêntures da 1ª série e 100.000 debêntures da 2ª série. As debêntures da 1ª série são remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 2,50% a.a. e as debêntures da 2ª série serão remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 2,00%. O saldo do valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 3 parcelas iguais, pagas em 15 de dezembro de 2024, 15 de dezembro de 2025 e a terceira na data de vencimento das debêntures. Os pagamentos dos juros remuneratórios estão sendo realizados semestralmente até a data do vencimento das debêntures.

Em 15 de dezembro de 2023 a Companhia liquidou a 2ª série da 10ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações.

9ª emissão

Em 30 de julho de 2019 a Companhia efetuou a 9ª emissão de debêntures públicas simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 15 de junho de 2025. O montante total da emissão foi de R\$ 514.630, sendo 51.463 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 10, sendo 41.000 debêntures da 1ª série e 10.463 debêntures da 2ª série. As debêntures da 1ª série são remuneradas pela variação de 100% do CDI

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

acrescida de spread de 1,50% a.a. e as debêntures da 2ª série serão remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 1,65% a.a.. O saldo do valor nominal unitário das debêntures da 1ª série será amortizado em 2 parcelas iguais, devendo a primeira parcela, correspondente à 50% do saldo paga em 15 de junho de 2024 e a segunda parcela na data de vencimento das debêntures. Os pagamentos da remuneração das debêntures da 1ª série estão sendo realizados semestralmente até a data do vencimento das debêntures.

Em 17 de junho de 2024 a Companhia liquidou a 2ª série da 9ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações.

Em 16 de junho de 2025 a Companhia liquidou a 1ª série da 9ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações.

Cláusulas restritivas

As escrituras da 9ª, 10ª e 12ª emissão de debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros, que são Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 3,5$ e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) $\geq 1,2$. As escrituras contemplam também cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de cláusulas não financeiras.

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

10. Fornecedores

	30/06/2025	31/12/2024
De serviço de construção	23.178	16.945
De serviços operacionais	7.291	13.020
	30.469	29.965

11. Obrigações fiscais

	30/06/2025	31/12/2024
Programa de Integração Social - PIS e COFINS	10.352	8.911
Imposto Sobre Serviços – ISS	4.303	4.109
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	96	107
Outros	782	660
	15.533	13.787

12. Credor pela concessão

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, composto pelos valores devidos ao DER/SP pela outorga da concessão.

O valor do ônus fixo da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março de 2000 e a última em fevereiro de 2020. Os montantes foram reajustados conforme mencionado na nota explicativa nº. 1.

O montante do ônus por concessão é apresentado como segue:

Rodovias das Colinas S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

	30/06/2025	31/12/2024
Parcela variável	1.192	1.370
Total	1.192	1.370

Saldo variável correspondente a 1,50% da receita de pedágio e 23,50% das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Conforme mencionado na Nota 1, em 30 de abril de 2025, foi celebrado o “TAM 28/2025”, onde um dos objetivos foi ajustar a percentagem de 3% calculado sobre as receitas de pedágio e das receitas acessórias a título de ônus variável, para o período prorrogado (porém sem revogar o efeito do TAM que estabelece redução de 1,5% dos pagamentos do ônus variável).

No decorrer do período findo em 30 de junho de 2025, foi compensado com valores referente ao Projeto Ponto a Ponto (TAM nº 26/2019), conforme nota explicativa nº 01, o montante de R\$ 7.646 referente a parte variável do direito de outorga (R\$ 7.755 em 30 de junho de 2024).

13. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão para manutenção são revisados anualmente, e provisionados a cada trecho de rodovia com intervenções que ocorrem, em média, a cada quatro anos. Os valores foram ajustados a valor presente à taxa de 9,44% ao ano em 2025 e 9,44% ao ano em 2024.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	35.785
Constituição da Provisão	3.351
Ajuste a valor presente sobre a constituição	(159)
Utilização	(16.902)
Ajuste a valor presente	2.247
Saldo em 30 de junho de 2024	24.322
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23.219
Constituição da Provisão	1.172
Ajuste a valor presente sobre a constituição	-
Utilização	(99)
Ajuste a valor presente	1.077
Saldo em 30 de junho de 2025	25.370
Circulante	8.570
Não circulante	14.649
Total em 31 de dezembro de 2024	23.219
Circulante	17.707
Não circulante	7.663
Total em 30 de junho de 2025	25.370

O consumo da provisão é estimado para acontecer conforme abaixo:

30/06/2025	
2025	10.045
2026	15.325

Rodovias das Colinas S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

25.370

14. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outras

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes casos administrativos (não trabalhistas ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários.

A administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas prováveis que possam decorrer de referidos casos e estima que a sua decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes.

A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros de responsabilidade civil contratados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 25, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado em 30 de junho de 2025, na rubrica de outros ativos, no montante de R\$ 2.645 (R\$ 15.644 em 31 de dezembro de 2024).

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários é conforme segue:

	31/12/2024	Adições	Reversões (e)	Pagamentos	Atualizações	30/06/2025
Cíveis (a)	26.227	10.386	(23.719)	(795)	-	12.099
Trabalhistas (b)	97.822	259	(4.539)	-	14	93.556
Tributárias (d)	305	-	-	-	-	305
Outros processos (c)	17.250	-	-	-	-	17.250
Total	141.604	10.645	(28.258)	(795)	14	123.210

	31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	30/06/2024
Cíveis (a)	35.090	7.365	(5.182)	(484)	1.873	38.662
Trabalhistas (b)	87.591	790	(1.436)	(28)	4.815	91.732
Tributárias (d)	305	-	-	-	-	305
Outros processos (c)	17.770	140	-	(619)	-	17.291
Total	140.756	8.295	(6.618)	(1.131)	6.688	147.990

- (a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. Estes valores, decorrem, dentre outros, da tese de responsabilidade objetiva (sem culpa) atualmente aceita por parte do judiciário para determinadas situações decorrentes de contratos de serviços públicos.
- (b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros. Os valores decorrem, na sua maioria, de discussões sobre a responsabilidade decorrente do conceito de grupo econômico, conforme legislação trabalhista, e, dentre estes, parte poderá gerar alguma perda para a Companhia, em razão de entendimento processual pelo judiciário trabalhista que denegou seguimento para determinados recursos. Tais casos ainda tem recursos pendentes de julgamento pelos tribunais superiores. Por recomendação dos seus advogados, a Companhia adotou o IPCA-E como índice de atualização das provisões de natureza trabalhistas, conforme aplicável.
- (c) Correspondem, substancialmente, a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais.
- (d) Refere-se a casos judiciais vinculados aos fiscos municipais, no que tange ao recolhimento do ISSQN.
- (e) A reversão apresentada no período é decorrente de processos pulverizados de indenização, no qual parte dos processos tiveram abatimento do valor atualizado de causa ou sofreram alteração de prognóstico, devido a fase atual do processo, conforme avaliação dos assessores jurídicos.

A Companhia, em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, é parte em processos cíveis, tributários, administrativos e trabalhistas, classificados como de risco possível com o

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

suporte de seus advogados, advindos do curso normal de suas operações, para os quais não foram constituídas provisões, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2025	31/12/2024
Processos tributários	145.083	139.344
Processos administrativos (Outros)	27.018	27.018
Processos cíveis	28.894	24.722
Processos trabalhistas	7.531	2.697
	208.526	193.781

Adicionalmente aos processos cíveis, mencionados acima, consta a ação declaratória proposta pela ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 135.217 (R\$ 132.231 em 31 de dezembro de 2024), na qual se discute a anulação do TAM nº 19/06, que, conforme mencionado na nota explicativa nº. 1, aumentou o prazo de concessão, sendo o risco classificado como possível de perda, com o suporte de seus advogados. Em novembro de 2017, o processo foi julgado improcedente em 1ª Instância, mantendo a prorrogação da concessão e em maio de 2019 restou publicado acórdão confirmando a improcedência da ação em 2ª instância. Aguarda-se andamento do processo com apresentação de eventuais recursos pela ARTESP e Governo do Estado de São Paulo para os Tribunais Superiores.

O principal processo tributário, do saldo também mencionado acima, trata-se da ação declaratória com pedido de tutela provisória que visa a declarar a inexistência de relação jurídica com a União Federal (Fazenda Nacional) no que tange à incidência do Imposto IRPJ e da CSLL quanto ao reconhecimento da higidez das amortizações fiscais de ágio realizadas trimestralmente nos anos de 2016 a 2021.

A Companhia mantém depósitos e bloqueios judiciais, classificados no ativo não circulante, que estão assim representados em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	30/06/2025	31/12/2024
Processos cíveis e trabalhistas	4.406	4.501
Processos tributários (a)	102.369	94.552
Bloqueios judiciais (b)	65.288	65.544
Total de depósitos judiciais	172.063	164.597

(a) A Companhia possui depósitos judiciais de R\$ 101.791 (R\$ 93.975 em 31 de dezembro de 2024) referente a pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de ágio fiscal, conforme mencionado na nota explicativa n.º 15; ii) outros depósitos que totalizam R\$ 578 (R\$ 578 em 31 de dezembro de 2024).

(b) O saldo de bloqueios judiciais (decorrentes de arresto ou penhora), no montante de R\$ 65.288 (R\$ 65.544, em 31 de dezembro de 2024) referem-se a garantias judiciais, que correspondem principalmente a processos de natureza trabalhista de terceiros, nos quais a Companhia foi envolvida, apenas, na fase de execução e figurou como parte na fase de conhecimento. A Companhia adota todas as medidas cabíveis para reverter os valores sob constrição judicial.

15. Imposto de renda e contribuição social diferidos**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Crédito de imposto	30/06/2025	Reconhecido no resultado	31/12/2024
Diferença temporária			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	123.305	(18.299)	141.604
Ajuste a valor presente sobre debêntures ativas e mútuos	227.544	(67.750)	295.294
Provisão para perdas de créditos esperada	1.262	134	1.128

Rodovias das Colinas S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

Arrendamento mercantil e provisões diversas	91	(3.610)	3.701
Provisão para manutenção	25.369	2.150	23.219
Obrigações fiscais	6.871	860	6.011
Mudança de prática contábil (ICPC 01 e OCPC 05) (i)	37.862	(6.267)	44.129
Base de cálculo	422.303	(92.782)	515.086
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total dos créditos sobre diferenças temporárias	143.583	(31.547)	175.130
Benefício fiscal incorporado (ii)	20.451	(3.408)	23.859
Total dos créditos	164.034	(34.955)	198.989

Débito de imposto	30/06/2025	Reconhecido no resultado	31/12/2024
Diferença temporária			
Outros ativos (v)	(2.645)	12.999	(15.644)
Encargos financeiros antecipados (iii)	(4.721)	1.660	(6.381)
Diferenças de taxa de amortização (iv)	(51.436)	8.572	(60.008)
Atualização de depósitos judiciais sobre o Ágio	(24.119)	(4.408)	(19.711)
Receita de reequilíbrio	(1.849.736)	(1.849.736)	-
Base de cálculo	(1.932.657)	(1.830.913)	(101.744)
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total do débito	(657.103)	(622.510)	(34.593)
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	(493.069)	(657.465)	164.396

- (i) O montante líquido de R\$ 37.862 em 30 de junho de 2025 (R\$ 44.129 em 31 de dezembro de 2024) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais decorrentes da adoção da lei 12.973/2014 e está sendo amortizado pelo prazo remanescente de concessão.
- (ii) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição da Companhia, pago por sua antiga controladora, que posteriormente foi incorporada pela Companhia (incorporação reversa) em 31 de julho de 2015. Com a cisão e posterior incorporação pela Companhia da parcela cindida, a Companhia passou a ter o direito do aproveitamento desse benefício fiscal, no montante de R\$85.216, que corresponde a 34% do valor pago na aquisição do direito de concessão, registrado conforme Instrução CVM nº 319/99 e respectiva nota explicativa emitida pela CVM, bem como interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Esses impostos diferidos ativos tiveram como contrapartida a rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura da Companhia e está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até junho de 2028. Em 15 de fevereiro de 2022, por meio de Ata do Conselho de Administração da controladora AB Concessões, foi deliberado acerca do depósito judicial do ágio fiscal amortizado pela Companhia, com o consequente pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de tal ágio fiscal, bem como, pedido de declaração do direito de amortizar a parcela ainda não amortizada. Em 30 de junho de 2025 o total de depósitos judiciais é de R\$ 97.737 (referente ao período de janeiro de 2016 a junho de 2025).
- (iii) Referem-se às deduções de debêntures, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF retidos na liberação das debêntures, conforme Nota 9.
- (iv) Correspondem à diferença temporária entre a amortização para fins fiscais, e amortização contábil, pela curva de tráfego.
- (v) Referem-se aos casos onde a Companhia espera que parte dos valores das provisões sejam reembolsadas, em decorrência dos contratos de seguros, conforme mencionado na Nota 14

a) Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social líquidos correntes e diferidos são reconciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2024
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.009.512	2.150.409	(236.196)	(87.149)
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(683.234)	(731.139)	80.307	29.631
Diferenças permanentes:				
Outros Ajustes	4	(6)	1	6
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(683.230)</u>	<u>(731.145)</u>	<u>80.308</u>	<u>29.637</u>
Correntes	(39.542)	(73.680)	(36.416)	(84.306)
Diferidos	<u>(643.688)</u>	<u>(657.465)</u>	<u>116.724</u>	<u>113.943</u>
	<u>(683.230)</u>	<u>(731.145)</u>	<u>80.308</u>	<u>29.637</u>

Rodovias das Colinas S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2024
Alíquota efetiva dos impostos	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%

16. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 226.145 e está representado por 74.220.000 ações ordinárias sem valor nominal, detidas diretamente pela Via Appia Concessões S.A..

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de maio de 2024, foi aprovada a cisão parcial da AB Concessões S.A. com incorporação das parcelas cindidas pela Via Appia Concessões S.A., que passou a ser controladora direta da Companhia.

Reserva de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2015, foi aprovada a cisão total da controladora anterior Atlantia Bertin Concessões S.A. e a incorporação de suas parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do antigo Grupo e, nesta transação, a Companhia registrou Reserva de capital de R\$ 85.981 como contrapartida dos saldos incorporados (vide nota explicativa 15.(ii)). Conforme mencionado na nota explicativa nº.1, em 27 de maio de 2024 a Companhia passou a ser controlada diretamente pela Via Appia Concessões S.A..

Reserva de Lucros

Reserva legal

A reserva legal é calculada no fim de cada exercício social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em lei (20% do capital social). Em 31 de dezembro de 2024, não foi constituída reserva legal, pois seu saldo já havia atingido o limite de 20% do capital social.

Lucros Retidos

O lucro remanescente, ao fim de cada exercício social, após as destinações legais e a destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica “Lucros Retidos” conforme proposta da administração, no pressuposto de sua aprovação/destinação pela Assembleia Geral Ordinária.

Conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social e, atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso, nos termos da lei.

Dividendos

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

Rodovias das Colinas S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	114.931
(-) Constituição de reserva legal	-
Lucro líquido ajustado	114.931
Dividendo mínimo obrigatório – 25% sobre o lucro ajustado	28.732

Durante o período findo em 30 de junho de 2025 foram pagos dividendos no total de R\$ 50.000 (R\$ 526.000 em 31 de dezembro de 2024), oriundos do saldo patrimonial de dividendos a pagar (nota explicativa n.º 07).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos em razão do excedente à conta de Reserva de Lucros no valor de R\$ 86.199 (Vide Nota Explicativa nº 7).

17. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme segue:

	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2024
Receita com arrecadação de pedágio	237.304	466.239	219.775	432.284
Outras receitas – receitas acessórias	3.001	5.417	2.848	5.162
Receita de serviços de construção (a)	316	27.138	423	588
Receita de reequilíbrio (b)	1.888.678	1.888.678	-	-
Receita bruta	2.129.299	2.387.472	223.046	438.034
Impostos sobre as receitas:				
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	(11.995)	(23.564)	(11.111)	(21.851)
PIS	(1.565)	(3.072)	(1.450)	(2.849)
COFINS	(7.223)	(14.177)	(6.692)	(13.149)
Receita líquida	2.108.516	2.346.659	203.793	400.185

- (a) Refere-se a receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços.
- (b) Refere-se a receita de reequilíbrio econômico-financeira firmado com a ARTESP, conforme TAM nº 28/2025. Para maiores informações vide notas explicativas 1.1 e 8.

18. Custos, Despesas e Outras Receitas Operacionais por natureza

	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2024
Serviços de terceiros – conserva, manutenção e operação de rodovias	(2.207)	(4.266)	(3.825)	(7.958)
Amortização de intangível (a)	(50.819)	(73.824)	(21.561)	(42.380)
Custos com a exploração da concessão (custo variável de outorga)	(3.633)	(7.468)	(3.983)	(7.724)
Gastos com prestadores de serviços	(39.726)	(65.123)	(15.180)	(30.304)
Gastos com funcionários	(8.052)	(16.651)	(8.825)	(16.893)
Gastos com materiais e equipamentos	(11.928)	(19.755)	(7.322)	(12.467)
Custos com construção	(316)	(27.138)	(423)	(588)

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

Reversão (Provisão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (b)	5.593	4.600	(3.835)	(8.364)
Outras despesas	(2.809)	(4.437)	(1.362)	(2.549)
Reembolso de Seguros	-	-	2.959	3.678
Provisão para perdas de crédito esperada	(134)	(134)	194	194
Outras receitas	1.568	1.932	1.497	1.852
	<u>(112.463)</u>	<u>(212.264)</u>	<u>(61.666)</u>	<u>(123.503)</u>
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	(97.884)	(179.443)	(54.746)	(104.150)
Despesas gerais e administrativas	(16.013)	(34.619)	(8.611)	(21.399)
(Provisão) Reversão para perda esperada – contas a receber	(134)	(134)	194	194
Outras receitas operacionais	1.568	1.932	1.497	1.852
Total	<u>(112.463)</u>	<u>(212.264)</u>	<u>(61.666)</u>	<u>(123.503)</u>

- (a) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16/ CPC 06 (R2). Esta última no valor de R\$ 1.426 em 30 de junho de 2025 e R\$ 1.268 em 30 de junho de 2024.
- (b) Refere-se às adições, reversões e atualizações da provisão para processos cíveis, trabalhistas e outras, vide nota explicativa 14, líquido dos valores de reembolso vinculados a contratos de seguros de responsabilidade civil contratados no montante de R\$ 9.243 no período de três meses findos em 30 de junho de 2025 e R\$ 12.999 no período de seis meses findos em 30 de junho de 2025.

19. Receitas e despesas financeiras

	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2024
Receitas financeiras:				
Receita com rendimentos de aplicação financeira e outras	20.879	25.962	9.540	13.633
Juros com partes relacionadas (nota 7)	-	-	-	42.955
Ajuste a valor presente com terceiros (nota 6)	34.349	67.751	-	-
Outras receitas financeiras	2.350	4.408	1.620	3.251
	<u>57.578</u>	<u>98.121</u>	<u>11.160</u>	<u>59.839</u>
Despesas financeiras:				
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(494)	(1.076)	(1.140)	(2.247)
Ajuste a valor presente da debênture ativa e mútuo	-	-	(354.282)	(354.282)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(39.925)	(77.095)	(33.683)	(61.402)
Comissões bancárias e outras	(3.468)	(3.468)	(146)	(2.827)
Outras despesas financeiras	(232)	(468)	(232)	(2.912)
	<u>(44.119)</u>	<u>(82.107)</u>	<u>(389.483)</u>	<u>(423.670)</u>
Resultado financeiro	<u>13.459</u>	<u>16.014</u>	<u>(378.323)</u>	<u>(363.831)</u>

20. Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro/ (prejuízo) líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

Básico e diluído (em unidades)	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2024
Lucro (Prejuízo) líquido do período (em R\$)	1.326.280.118	1.419.263.544	(155.888.125)	(57.512.125)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias, utilizada na apuração do lucro por ação	74.220.000	74.220.000	74.220.000	74.220.000
Lucro (Prejuízo) por ação - básico e diluído (em R\$)	<u>17,87</u>	<u>19,12</u>	<u>(2,10)</u>	<u>(0,77)</u>

Rodovias das Colinas S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

Nos períodos findos em 30 de junho de 2025 e de 2024, a Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que gerem impacto diluidor no lucro por ação; portanto, o lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

21. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a) Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 30 de junho de 2025 e 2024. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

Informações suplementares

	30/06/2025	30/06/2024
Contas a Receber Poder Concedente	7.646	7.755
Outorga Variável	(7.646)	(7.755)
Fornecedores	11.132	4.072
Receita de reequilíbrio	1.888.678	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	1.899.810	4.072
Aquisição de intangível	(11.132)	(4.072)
Aquisição de direito de uso	-	(498)
Intangível (reequilíbrio)	(1.888.678)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(1.899.810)	(498)
Dividendos a pagar	250.769	-
Arrendamento	-	498
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	250.769	498

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

b) Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Dividendos a pagar</u>	<u>Debêntures</u>	<u>Arrendamentos</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(214.570)	(1.081.752)	(3.121)	(1.299.443)
<u>Varição dos fluxos de caixa de financiamento</u>				
Pagamento de dividendos	50.000	-	-	50.000
Pagamento de Principal e Juros	-	-	1.555	1.555
Pagamento de principal	-	226.000	-	226.000
Pagamento de juros	-	89.654	-	89.654
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	50.000	315.654	1.555	367.209
<u>Outras variações</u>				
Juros sobre debêntures passivas	-	(77.095)	-	(77.095)
Reversão do ajuste a valor presente e juros provisionados	-	-	(106)	(106)
Distribuição de Dividendos	(86.199)			(86.199)
Total das outras variações	(86.199)	(77.095)	(106)	(163.400)
Saldo Final	(250.769)	(843.193)	(1.672)	(1.095.634)

A Companhia classificou os juros pagos sobre debêntures como um fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois os recursos captados têm sido utilizados pela Companhia para o resgate de debêntures anteriores, no refinanciamento de dívidas e no reforço do seu capital de giro.

Notas Explicativas Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

Valor justo dos instrumentos financeiros

a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo na data das informações contábeis intermediárias (nível 2 – conforme hierarquia de valor justo), devido ao que segue:

- (i) As contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias.
- (ii) Credor pela concessão refere-se ao compromisso assumido com o Poder Concedente, conforme mencionado na Nota 12.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures e as debêntures ativas e mútuos aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/06/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures passivas (a)	843.193	917.952	1.081.752	1.160.817

(a) Saldo das parcelas líquidos do custo de transação.

	30/06/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures ativas e Mútuo	1.245.652	1.166.251	1.177.901	1.063.816

Valor dos instrumentos financeiros

a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Companhia conforme suas características:

	30/06/2025	31/12/2024
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	58.251	191.110
Contas a receber de clientes	68.101	62.616
Debêntures ativas	1.030.592	974.538
Mútuo	215.060	203.363

Notas Explicativas Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

Contas a receber do Poder Concedente	69.592	69.429
Passivo		
Fornecedores	30.469	29.965
Débitos com partes relacionadas	12.712	5.417
Debêntures - 9ª emissão, 10ª emissão e 12ª emissão (a)	847.913	1.088.133
Credor pela concessão	1.192	1.370
Dividendos a pagar	250.769	214.570

(a) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa nº 9.

b) *Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo*

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 30 de junho de 2025 a Companhia mantinha os instrumentos financeiros divulgados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois considera outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos.

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos no período findo em 30 de junho de 2025.

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;

a) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Notas Explicativas Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

Exposição a riscos e de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a debêntures a pagar em reais.

As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2025, a administração efetuou análise de sensibilidade, apresentando dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras, que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 30 de junho de 2025.
- Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 30 de junho de 2025.
- Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 30 de junho de 2025.

Os cenários II e III, de aumento de 25% e 50%, foram aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

	Valor contábil	Cenário provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do CDI (a)	-	14,65%	18,31%	21,98%
Debentures - indexador: Debêntures - CDI (b)	(847.913)	(139.550)	(171.781)	(203.347)
Aplicações financeiras- indexador: CDB, operações compromissadas – CDI	55.428	7.827	9.783	11.739
Exposição líquida	(792.485)	(131.723)	(161.997)	(191.608)
Aumento nas receitas/(despesas) financeiras em relação ao cenário base	-	-	(30.275)	(59.885)

(a) Fonte: Banco Central – Taxa de juros - Histórico.

(b) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa nº 9.

Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2025, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) *Risco de crédito*

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras aprovadas pela administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias bancárias contratadas por suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias, a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

A Companhia apresenta valores a receber principalmente da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na Nota 5, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar").

A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira de primeira linha para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

A Companhia também apresenta um saldo de debêntures e mútuo devidos pela antiga controladora, AB Concessões. Os ativos com boa perspectiva de liquidez da parte da AB Concessões, para pagamento dos créditos acima referidos, estão ligados à controlada da AB Concessões, Triângulo do Sol Autoestradas S.A.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Abaixo demonstramos a exposição máxima do risco do crédito:

Valor Contábil	30/06/2025	31/12/2024
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa nº 4)	58.251	191.110
Contas a receber de clientes e do poder concedente (Nota explicativa nº 5)	137.693	132.045
Debêntures ativas e mútuo (Nota explicativa nº 6)	1.245.652	1.177.901

c) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O gerenciamento do risco de liquidez também leva em consideração a gestão da distribuição de dividendos aos acionistas, os quais, conforme mencionado e demonstrado na nota explicativa nº. 7 (e), vem sendo pagos durante o período.

Notas Explicativas
Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos e ativos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício:

<u>Modalidade</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Juros estimados (a)</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>Mais de 90 dias</u>	<u>Circulante</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>Não circulante</u>
Ativos circulantes e não circulantes							
Contas a receber	137.693	-	68.101	-	68.101	69.592	69.592
Debêntures e Mútuo	1.245.652	-	-	1.245.652	1.245.652	1.245.652	1.245.652
Total	1.383.345	-	68.101	1.245.652	1.313.753	1.315.244	1.315.244
Passivos							
Debêntures – Principal e Juros (b)	843.193	208.857	-	236.892	236.892	815.158	815.158
Credor pela concessão	1.192	-	1.192	-	1.192	-	-
Fornecedores e fornecedores partes relacionadas	43.181	-	24.111	15.668	43.181	-	-
Dividendos a pagar	250.769	-	-	-	-	250.769	250.769
Total	1.138.335	208.857	25.303	252.560	281.265	1.065.927	1.065.927

(a) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de dezembro de 2025 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

(b) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura da 9ª, 10ª e 12ª emissões das debêntures.

Notas Explicativas Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

23. Gestão de Risco de Capital

A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Índice de endividamento

O índice de endividamento no fim do exercício é o seguinte:

	30/06/2025	31/12/2024
Dívida (a)	843.193	1.088.133
Caixa e equivalentes de caixa	(58.251)	(191.110)
Dívida líquida	784.942	897.023
Patrimônio líquido	1.957.535	624.470
Índice de endividamento líquido	0,40	1,44

(a) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa n.º 09.

Índice de endividamento

A Companhia possui índice de endividamento líquido de 0,40 em 30 junho de 2025 (1,44 em 31 de dezembro de 2024), como resultado da 9ª, 10ª e 12ª emissões de debêntures públicas (Nota 9). Os recursos da 9ª, 10ª e 12ª emissões foram destinados para usos gerais e reforço de caixa da Companhia.

24. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A operação da Companhia consiste em uma única atividade de negócio - exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

Notas Explicativas Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

25. Seguros contratados

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são renovadas anualmente.

Em 30 de junho de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	33.578	Outubro/2025
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	71.350	Outubro/2025
Seguro riscos responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	61.901	Outubro/2025
Seguro-garantia	Funções operacionais e de conservação	583.929	Setembro/2025

26. Eventos subsequentes

Em 15 de julho de 2025, a Companhia efetuou a liquidação da 13ª emissão de debêntures públicas simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 15 de janeiro de 2032. O montante total da emissão foi de R\$ 2.000.000, sendo 2.000.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, em série única e são remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de *spread* de 0,80% a.a..

Em 04 de agosto de 2025 a Companhia realizou o pagamento do resgate antecipado da totalidade da 1ª série da 10ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 273.882, encerrando as suas respectivas obrigações.

Brendon Azevedo Ramos
Diretor Presidente

Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Notas Explicativas
Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

Luis Felipe Araujo de Carvalho

Contador - CRC 1SP-337989

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Chácara Santo Antônio
04719-002 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Rodovias das Colinas S.A.
Itu – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Rodovias das Colinas S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de agosto de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP252905/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre s Informações Trimestrais (ITR), emitidos nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2025.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais (ITR) relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2025.